

Direito Civil Objetivo

Professor: Rafael da Mota

Formas de Extinção do Usufruto

Resumo

As formas de extinção do usufruto estão elencadas no artigo 1.410 do Código Civil. Vejamos:

Art. 1.410. O usufruto extingue-se, cancelando-se o registro no Cartório de Registro de Imóveis:

I – pela renúncia ou morte do usufrutuário.

- O usufruto é personalíssimo, deste modo, a morte do usufrutuário gera a sua extinção. No entanto, a morte do nú proprietário não gera a extinção do usufruto.

II – pelo termo de sua duração.

- Uma das características do usufruto é a sua temporariedade.

III – pela extinção da pessoa jurídica, em favor de quem o usufruto foi constituído, ou, se ela perdurar, pelo decurso de trinta anos da data em que se começou a exercer.

- O usufruto pode ser concedido em favor de pessoa jurídica diferente da habitação e do uso.

IV – pela cessação do motivo de que se origina;

V – pela destruição da coisa, guardadas as disposições dos arts. 1.407, 1.408, 2ª parte, e 1.409;

- O perecimento da coisa leva a extinção do usufruto, excepcionalmente nas três hipóteses mencionadas por esse inciso, quais sejam:
- Art. 1407. Se a coisa estiver segurada, incumbe ao usufrutuario pagar, durante o usufruto, as contribuições do seguro.
- Art. 1408. Se um edifício sujeito a usufruto foi destruído sem culpa do proprietário, não será este obrigado a reconstruí-lo, nem o usufruto se restabelecerá, se o proprietário reconstruir à sua custa o prédio; mas se a indenização do seguro foi aplicada à reconstrução do prédio, restabelecer-se-á o usufruto.
- Art. 1409. Também fica sub-rogada no ônus do usufruto, em lugar do prédio, a indenização paga, se ele for desapropriado, ou a importância do dano, ressarcido pelo terceiro responsável no caso de danificação ou perda.

VI – pela consolidação;

VII – por culpa do usufrutuário, quando aliena, deteriora ou deixa arruinar os bens, não lhes acudindo com os reparos de conservação, ou quando, no usufruto de títulos de crédito, não dá às importâncias recebidas a aplicação prevista no parágrafo único do art. 1.395.

- Se por culpa do usufrutuário a coisa se deteriora o usufruto estará extinto.

VIII – pelo não uso, ou não fruição, da coisa em que o usufruto recai (arts. 1.390 e 1.399).

- Os direitos reais são direitos perpétuos, ou seja, não são extintos pelo não uso, salvo o usufruto, habitação e servidão.

Exercícios

1.(CESPE-2006-TJ-SE-TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS) A extinção do usufruto por morte do usufrutuário independe de sentença judicial para ser reconhecida, podendo ser averbada mediante simples requerimento instruído com a respectiva certidão de óbito e os demais documentos necessários.

() Certo () Errado.

2. (FGV – OAB – 2011) Noêmia, proprietária de uma casa litorânea, regularmente constituiu usufruto sobre o aludido imóvel em favor de Luísa, mantendo, contudo, a sua propriedade. Inesperadamente, sobreveio uma severa ressaca marítima, que destruiu por completo o imóvel. Ciente do ocorrido, Noêmia decidiu reconstruir integralmente a casa às suas expensas, tendo em vista que o imóvel não se encontrava segurado. A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) O usufruto será mantido em favor de Luísa, tendo em vista que o imóvel não fora destruído por culpa sua.
- b) O usufruto será extinto, consolidando-se a propriedade em favor de Noêmia, independentemente do pagamento de indenização a Luísa, tendo em vista que Noêmia arcou com as despesas de reconstrução do imóvel.
- c) O usufruto será extinto, consolidando-se a propriedade em favor de Noêmia, desde que esta indenize Luísa em valor equivalente a um ano de aluguel do imóvel.
- d) O usufruto será mantido em favor de Luísa, independentemente do pagamento de qualquer quantia por ela, tendo em vista que Noêmia somente poderia ter reconstruído o imóvel mediante autorização expressa de Luísa, por escritura pública ou instrumento particular.

Gabarito

1. Certo

2. Letra B

Art. 1408. Se um edifício sujeito a usufruto foi destruído sem culpa do proprietário, não será este obrigado a reconstruí-lo, nem o usufruto se restabelecerá, se o proprietário reconstruir à sua custa o prédio; mas se a indenização do seguro foi aplicada à reconstrução do prédio, restabelecer-se-á o usufruto.